

EDITORIAL

É com grande satisfação que oferecemos aos nossos leitores mais uma edição – a décima segunda – da Revista Avaliação. O apoio que temos recebido dos assinantes e de diversas instituições nos dá a certeza de que esta Revista vem cumprindo bem seu objetivo de consolidar o campo teórico e subsidiar as práticas da avaliação institucional-educativa. Não resta dúvida de que a avaliação vem adquirindo cada vez mais centralidade, seja como instrumento de melhoria da qualidade educativa, seja porque se tornou um mecanismo estruturante das políticas reformistas da educação que grassam por toda parte como tópico importante da agenda mais ampla da modernização da economia e do desenvolvimento social. É verdade que a teoria hoje muitas vezes parece correr atrás da realidade, em razão da rapidez das transformações e das inovações. Também é certo que a avaliação tem hoje o seu campo sensivelmente ampliado, tantos são os seus usos e tão distintos são os interesses que despertam a agentes dos mais diferentes setores. A Universidade e a avaliação dos sistemas e das instituições educativas estão no centro de importantes disputas, precisamente num tempo em que se encontram muito fragilizados. As políticas de ajuste da Universidade às necessidades do mercado e então aos padrões de produtividade agravam ainda mais a crise de identidade e de legitimidade desta velha instituição. Nem sempre as reformas, entendidas como mudanças gerais e estruturais, produzem inovações ou transformações nos conteúdos de aprendizagem e nos métodos de ensino. Pode ocorrer uma sem a outra, reformas sem inovações ou vice-versa, mas a avaliação concerne a ambas.

Como mostra sobejamente Félix Angulo, no primeiro artigo, as inovações educativas costumam apresentar-se como modelos racionais que devem servir de modo padronizado a todo o sistema. Assim, independem dos contextos. (É forte nos discursos das reformas a idéia de flexibilização, mas claro está que a flexibilidade é proposta para os meios, uma vez que os fins são prévia e rigidamente determinados). Resta às instituições quase nada além de seu dever de cumprir e aplicar o que as estruturas superiores determinam como padrão. Aí entra a importância da avaliação concebida como indagação sistemática e intencional, que pode enriquecer o conhecimento sobre a realidade educativa e institucional, produzindo uma transformação nos modos de percepção do trabalho docente na Universidade. Angulo nos convida a refletir sobre um novo desafio que acelera ainda mais as tendências ampliadas de consumo: o novo paradigma das tecnologias da informação, cuja lógica, segundo Castells, é a aplicação imediata para seu próprio desenvolvimento das tecnologias que gera (Castells, *La Era de la Información*, vol. I, Alianza, Madri, 1997, p. 60). Os problemas se multi-

plicam; não há respostas únicas e as consequências são uma encruzilhada permanente. Que isto nos faça pensar e dialogar não somente sobre os problemas que se acumulam e se sucedem rapidamente, mas também que levemos em conta as novas possibilidades e os múltiplos e sempre renovados recursos.

O texto seguinte apresenta duas visões distintas de Universidade (e de sociedade), que contrapõem os critérios da razão instrumental, cuja centralidade consiste na tríade qualidade-eficiência-productividade, segundo as exigências do mercado, e por outro lado os valores da liberdade acadêmica e do respeito à especificidade institucional para melhorar a pertinência, a relevância social e a solidariedade na construção da sociedade. Coerente com uma ou outra perspectiva, a avaliação se produz de um lado com caráter normativo e tecnicista e de outro se realiza como um processo democrático e de construção social.

Zenir Cechin toma a teoria da ação comunicativa de Habermas como base de uma reflexão sobre a questão da cidadania e da emancipação na Universidade. A competência comunicativa é fundamental para o desenvolvimento dos processos intersubjetivos de uma avaliação democrática e emancipadora.

Maria da Graça Bulhões oferece disserta sobre a construção de uma metodologia para a avaliação dos planos estaduais de qualificação profissional. Apresenta a experiência que está sendo conduzindo no Rio Grande do Sul e realiza uma elaboração teórica tendo por referência a própria prática. Este é um exemplo de como a avaliação ultrapassa o campo da educação formal e interessa a distintos setores institucionais e da vida social, abrindo-se a várias abordagens e a diversos tratamentos interdisciplinares e fronteiriços.

Como em edições anteriores, aqui também apresentamos uma pesquisa sobre o estudante. Neste caso, trata-se de um estudo sobre o perfil profissional do estudante graduado no curso de Química da UFMG, enfocando sobretudo a questão dos estudos realizados após a graduação, a atividade profissional, os padrões de remuneração e o grau de satisfação com o trabalho.

Com esses artigos, entregamos ao leitor e estudioso um conjunto de textos que esperamos importantes para a consolidação de uma perspectiva de avaliação que não se contenta com o normativismo e com o efficientismo produtivista, mas que ao contrário tenha como valor central a intencionalidade educativa.

José Dias Sobrinho
Editor